

orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, já que esta, algumas vezes, conflituavam com o interesse agrícola.-----

-----Sobre esta matéria o Dr. Pedro Alves referiu que nem o próprio ICN sabe muito bem o que deverá ser incluído no Plano e que tinham já sido colocadas algumas questões ao representante do ICN, as quais ainda serão discutidas em reuniões futuras, mas ao que de com o que nos foi possível observar, não haverá grandes colisões com os espaços agrícolas. -----

-----Informou ainda o representante da DRABL que o Ministério da Agricultura não tinha dado parecer favorável à Rede Natura 2000 por questões de impacto no sector, e por isso estar preocupado sobre as questões que o ICN poderá querer inserir no Plano, já que estes poderão ter impactos em investimentos já existentes no terreno, ou futuros que não deverão ser uma vez que desperdiçados. -----

-----Em resposta, o Dr. Pedro Alves afirmou que o ICN, até à data, apenas tinha solicitado a transposição dos limites da Rede Natura 2000 para o Plano, bem como dos Habitats, fornecendo também algumas normas e directrizes a colocar no plano, nomeadamente em termos regulamentares, mas que ainda se encontravam em análise. -----

-----Mudando se assunto, e na sequência da questão levantada no parecer da DRABL sobre o os projectos de emparcelamento a decorrer no Município de Águeda, o Eng.º António Godinho questionou se estava prevista algum tipo de protecção ou de salvaguarda, em termos regulamentares, para essas áreas. -----

-----Em resposta a esta questão, o Dr. Pedro referiu que a Reserva Agrícola Nacional confere, do ponto de vista do município, a protecção necessária para a preservação dessas áreas com uma finalidade agrícola, tanto mais que nos casos específicos estas áreas estão ainda inseridas em Reserva Ecológica Nacional, o que reforça o estatuto de protecção. -----

-----Ainda sobre esta matéria, o Dr. Pedro questionou o representante da DRABL sobre o tipo de protecção que este pretendia para as áreas abrangidas pelos projectos de emparcelamento, e se seria necessário criar uma condicionante especifica para os mesmos com a sua subsequente marcação na Planta de Condicionantes. -----

-----O representante da DRABL afirmou não haver necessidade de marcar as áreas de emparcelamento na Planta de Condicionantes ou de criar uma condicionante especifica, já que a única regra subjacente a estas áreas, é a de não poder ser feito fraccionamento das parcelas existentes resultantes do emparcelamento nos próximos dez anos.-----

----- Por último, o Dr. Pedro solicitou ao Eng.º António Godinho que fosse fornecida à equipa da revisão do PDM toda a documentação inerente aos projectos de emparcelamento incluindo as

infra-estruturas previstas. -----

-----Intervir ainda o Eng. Miguel Tavares, solicitando a esta entidade, a cedência da localização, se possível, das pecuárias em formato digital. -----

-----O Engº António Godinho esclareceu que estava a ser realizada a georeferenciação de todas as autorizações para ocupação da RAN, bem como a transferência da base de dados para SIG. -----

-----A Eng.ª Maria José Sucena solicitou o fornecimento dessa informação para complemento à realização da revisão do PDM. -----

-----Prosseguindo os trabalhos, tomou a palavra o representante da Direcção Regional de Economia do Centro, Engº António Cerveira, o qual questionou a equipa responsável pela revisão de como é que ao nível do novo regulamento do PDM se define a data de encerramento de uma industria, data a partir da qual esta já não poderá entrar novamente em funcionamento com aquele uso. -----

-----O Dr. Pedro Alves referiu que o que se previa não era mais do que o que estava previsto na lei geral, isto é, o facto de esta se encontra encerrada à mais de três anos, podendo efectivamente existir problemas nesta matéria, uma vez que as empresas embora não estando a laborar podem sempre manter algum nível de actividade nas instalações, nem que seja só armazenagem, que poderá dificultar a sua identificação como estando efectivamente encerradas.---

-----Sobre esta matéria, e após insistência da Presidente da CTA sobre a necessidade de se definir concretamente a data de encerramento das industrias, o Sr. Vereador João Clemente adiantou que tal poderá ser controlado através do IRC, já que se a empresa não entregar o IRC durante dois anos as finanças declaram fechada a actividade, sendo que esta última entidade poderá controlar esta situação, declarando a cessação da actividade. -----

-----De seguida questionou o Sr. Engº Cerveira como é que estava prevista a progressiva alteração do uso proposta para o Espaço Industrial de Transição (em Aguada de Cima), e como é que se iria precaver os possíveis conflitos com outros usos (habitacional, comercial, etc.).-----

-----O Dr. Pedro Alves referiu que em termos regulamentares esta situação foi prevista através do aumento do afastamento de construções habitacionais comerciais e de serviços às indústrias existentes para evitar conflitos. Mesmo ao nível do ruído, que costuma ser uma das questões que mais problemas gera em termos de vizinhança, o Mapa do Ruído irá prever que essa área seja Mista, pelo que quem residir nesses locais não poderá contestar a presença de unidades industriais com este pressuposto, tanto mais que as pessoas que passarão a residir nesta zona já saberão à partida que lá existem industrias em funcionamento, alertando a Câmara Municipal, em fase de

licenciamento para este facto. -----

-----O representante da Direcção Regional de Economia do Centro questionou ainda a os representantes da autarquia sobre a viabilidade de indústrias tipo 4 se situarem em espaço industrial, à qual o Dr. Pedro Alves respondeu que seja qual for o tipo de indústria, quando se está a falar de um Espaço Industrial, qualquer Tipo pode aí ser localizado. -----

-----O Eng.º António Cerveira questionou ainda como estava a ser tratado o caso da Silencor e como se irá resolver o facto de a mesma se encontrar situada em Espaço Urbano, ao que o Dr. Pedro assegurou estar contemplada a sua resolução na Revisão do PDM, já que se prevê que a área onde esta se localize passe a ser classificado como Industrial. -----

-----De seguida, o Dr. Pedro Alves questionou os representantes da CCDDR-C e do Ministério da Economia sobre a necessidade de as pedreiras terem que vir identificadas na Planta de Condicionantes. Em resposta a esta questão, a Eng.ª Maria José Sucena Sucena, referiu que estas não terão que ser marcadas na referida planta. -----

-----Continuando a sessão, o Dr. Pedro Alves questionou a representante das Estradas de Portugal, Eng.ª Ângela Sá, sobre a necessidade de se encontrarem definidas na Planta de Condicionantes as faixas de protecção à rede viária nacional, à qual esta entidade esclareceu que se as condicionantes se encontrarem devidamente explícitas em regulamento não haverá essa necessidade, embora sejam admissíveis ambas as situações. -----

-----A Eng.ª Ângela Sá esclareceu ainda que a rede viária proposta deverá estar na Planta de Ordenamento e não na de Condicionantes, uma vez que esta última planta só vincula as servidões existentes. Recomendou ainda que o Plano contemple medidas para a protecção sonora das estradas nacionais existentes, face à actual regulamentação do ruído, de forma a evitar problemas futuros e a execução de Plano de Redução de Ruído. -----

-----De seguida a Eng.ª Ângela Sá referiu a necessidade de se prever no Plano medidas para evitar que ocorram depósito de entulhos, stands de vendas de automóveis em regime livre e instalações para venda de produtos hortícolas, frutícolas e de plantas ornamentais de forma aleatória ao longo da rede viária, nomeadamente da rede nacional, podendo inclusivamente ser criada uma “faixa” ou zona apropriada ao longo das estradas municipais para a instalação deste tipo de actividades, nomeadamente no que se refere à venda livre de fruta, tal como acontece, por exemplo, em Vila Franca de Xira.-----

-----À questão colocada, o Dr. Pedro Alves respondeu que não se encontra nada previsto no plano relativamente aos casos em questão, sendo este tipo de ocupação, em muitos casos da responsabilidade das EP, quer em termos de licenciamento, quer em termos de fiscalização.

Contudo, em relação aos entulhos, o plano estipula normas específicas e terá em consideração a situação. -----

-----Quanto à ideia colocada pela Eng.^a Ângela Sá sobre a criação de uma faixa própria para estas actividades, foi referido pelo Dr. Pedro Alves que a resolução do problema passa sobretudo pela fiscalização e controlo das actividades do que propriamente pela criação de uma classe de espaço para as mesmas, podendo ser estudada esta situação, mas sempre com o cuidado de não se começar a trabalhar a uma escala incompatível com a do PDM. -----

-----Por último a representante da CCDDR-C, Eng.^a Maria José Sucena Sucena alertou para a necessidade de elaboração de alguma documentação de enquadramento da revisão, nomeadamente o Relatório acerca do grau de execução do actual PDM em vigor e o Programa de execução do PDM, tendo o Dr. Pedro Alves referido que tais documentos estavam já a ser elaborados, embora não tendo sido ainda entregues.-----

-----Não existindo mais questões, a Presidente da CTA, Eng.^a Maria José Sucena Sucena, encerrou a sessão. -----

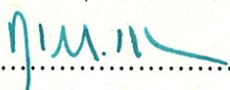
Os representantes da Comissão Técnica de Acompanhamento

CCDDR-C :

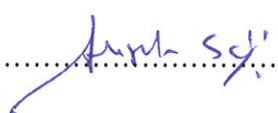
Eng.^a Maria José Sucena Cardoso Sucena

.....

Dr.^a Ana Paula Martins

.....

IEP: Eng.^a Ângela Maria Pereira de Sá

.....

1A
SNBPC: Eng.^a Margarida Rosa M. Guedes

.....
ME-DRC: Eng.^o. António Cerveira

.....
DRABL: Eng.^o António Elísio Marques Godinho

.....
DGRF: Eng.^a Teresa de Lurdes Pires Serra

.....
Os representantes do Município de Águeda

PRESIDENTE DA CÂMARA: Dr. Gil Nadaís

.....
VEREADOR DAS OBRAS PARTICULARES: João Clemente

.....
A RESPONSÁVEL PELO GABINETE DE ORGANIZAÇÃO,
PLANEAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

– Arq.^a Marlene Marques
.....

O CHEFE DE DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO – Dr. Pedro Alves

Pedro Miguel Ferreira Alves

lv

Dr.^a Isabel Belchior

Isabel Belchior

Dr. Isaac Costa

.....

Eng.^o Miguel Tavares

Miguel Tavares

Eng.^a Sofia Costa

Sofia Costa

Eng.^o Luís Almeida

Luís Almeida

Arq.^a Ana Costa

Ana Costa

Eng.^a Inês Santos

Inês Santos

Dr.^a Célia Laranjeira

Célia Laranjeira

REFER: Eng.º Ricardo Bastos Moreira

Ricardo Bastos B. Moreira

IPPAR: Eng.^a Maria Glória Fernandes

.....

lu
MA

**ACTA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO
(CTA) DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ÁGUEDA**

-----Ao trigésimo dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e sete realizou-se no Edifício dos Paços do Concelho, a quarta Reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do processo de revisão do Plano Director Municipal. -----

-----A referida reunião teve início pelas dez horas, registando-se a presença dos seguintes representantes das Entidades adiante indicadas: -----

-----Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – Sr.^a Eng.^a Maria José Cardoso Sucena e Dr.^a Ana Paula Martins -----

-----Pelo EP - Estradas de Portugal: Sr.^a Eng.^a Ângela Maria Pereira de Sá-----

-----Pelo Ministério da Economia - Direcção Regional do Centro: Sr. Eng.^o António Cerveira e Sr. Eng.^o Avelino -----

-----Pela DRABL - Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral: Sr. Eng.^o António Elísio Marques Godinho-----

-----Pela DGRF - Direcção Geral de Recursos Florestas: Sr.^a Eng.^a Teresa de Lurdes Pires Serra-----

-----Pelo SNBPC – Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil: Eng.^a Margarida Rosa M. Guedes -----

-----Pela REFER - Rede Ferroviária Nacional EP: Sr. Eng.^o Ricardo Bastos Moreira-----

-----Pelo IPPAR – Eng.^a Maria Glória Fernandes -----

-----Pela Câmara Municipal de Águeda – Sr. Presidente da Câmara Municipal Sr. Dr. Gil Nadais; Sr. Vereador do Pelouro das Obras Particulares Sr. João Clemente; Arq. Marlene Marques, Dr. Pedro Alexandre Ferreira Alves, Dr.^a Isabel Nogueira Belchior, Dr. Isaac Ribeiro da Costa, Eng.^o Miguel Ângelo Marques Tavares, Eng.^a Sofia Mónica Silva Costa, Eng.^o Luís Manuel Maia Almeida, Arq. Ana Alves da Costa, Eng.^a Inês Santos e a Dr.^a Célia Laranjeira.-----

-----Não estiveram presentes os representantes, apesar de convocados, do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) e da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.-----

-----A sessão de trabalhos foi aberta com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Gil Nadais, que iniciou a mesma agradecendo às entidades pela sua comparência, tendo simultaneamente solicitado, na medida do possível, a colaboração por parte das entidades externas envolvidas na celeridade nos procedimentos associados à análise e aprovação da revisão do Plano

Director Municipal. -----

-----De seguida a Presidente da Comissão Técnica de Acompanhamento, Eng.^a Maria José Sucena Sucena procedeu à leitura de ordem dos trabalhos da reunião da qual constavam os seguintes itens:-----

-----Leitura da 3^a Acta da CTA e sua distribuição pelas respectivas entidades; -----

-----Discussão dos Estudos Sectoriais com as alterações introduzidas face aos pareceres das entidades constituintes da CTA; -----

-----Discussão da 2^a proposta de Zonamento para o PDM e respectiva Proposta de Regulamento, com as correcções introduzidas pelos pareceres das entidades constituintes da CTA- -----

-----Apresentação da 1^a proposta de desafecção da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional; -----

-----Dando-se seguimento à sessão, foi projectado um pequeno filme sobre o Município de Águeda, as suas características e paisagens naturais. -----

-----De seguida, e após terminus da projecção, o Dr. Pedro Alves, efectuou uma pequena apresentação das propostas do município, onde constavam os pontos inscritos na ordem de trabalho, tendo focado de forma mais particular, os Estudos Sectoriais, o Modelo Estratégico e Territorial, assim bem como as propostas de desafecção da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional. -----

-----Após a apresentação foi realizada uma pequena pausa para café.-----

-----Retomados os trabalhos, foi apresentada pelo Dr. Pedro Alves uma proposta de Metodologia de trabalho da CTA de acordo com as novas directivas de procedimento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, tendo as entidades externas sido questionadas sobre a concordância com a mesma, não tendo havido qualquer objecção à mesma. --

-----Após a aprovação da metodologia de trabalho, foi aberto o período para a colocação de questões e de debate, tendo o representante da REFER, Eng.º Ricardo Moreira tomado a palavra solicitando em primeiro lugar o envio de um exemplar das plantas constituintes do PDM em formato papel, já que as mesmas tinham sido remetidas em formato digital, mas este não tinha conseguido abri-las, ao que foi respondido pelo Dr. Pedro Alves, que não tinham sido efectuadas alterações às mesmas em relação às entregues na reunião da CTA anterior, pelo que se dispensava, neste momento, a entrega de novas plantas, servindo para análise as anteriormente entregues-----

-----Continuando a sua intervenção, o representante da REFER informou o município que a linha de Alta Velocidade de ligação entre Aveiro e Espanha, apenas se encontrava em fase de estudo e que não se previa que esta viesse a ser executada num horizonte inferior a 2025, pelo que

nesta fase não seria muito importante a inserção do seu corredor do Plano Director Municipal em revisão. -----

-----De seguida tomou a palavra a representante do IPPAR, Eng.^a Glória Fernandes, a qual solicitou igualmente que lhe fosse facultado o estudo sectorial respeitante à História e Património em papel, alegando dificuldades na leitura digital do mesmo, embora este estivesse constante no CD entregue com todos os elementos constituintes da revisão do PDM.-----

-----Continuando a sua intervenção a representante do IPPAR, questionou a equipa responsável pela elaboração da revisão do Plano sobre os parâmetros e a forma como esta estava a equacionar a classificação e preservação dos edifícios com carácter e valor arquitectónico e patrimonial de relevo, nomeadamente dentro do Espaço Histórico/Cultural previsto no Plano.-----

-----A esta questão o Dr. Pedro Alves respondeu estarem já previstos nos elementos entregues os edifícios a preservar e se encontrarem na proposta de regulamento normas para a preservação e alteração dos mesmos, tendo se seguida a Sr. Eng.^a Glória Fernandes respondido que as propostas regulamentares efectuadas teriam que ser complementadas do ponto de vista jurídico, o que seria a seu tempo comunicado ao município, após análise dos elementos constituintes do Plano por parte dos serviços jurídicos do IPPAR. -----

-----De seguida, a representante do IPPAR chamou ainda a atenção para o facto de o Pelourinho de Serém não constar na base de dados do IPPAR. A esta observação a Sr.^a Arquitecta Ana Costa respondeu referindo que este esteve desaparecido ao longo de vários anos, tendo recentemente sido encontrado e adquirido a particulares por parte da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga com o apoio da então Secretaria de Estado da Cultura, pelo que se estranhava o desconhecimento por parte do IPPAR deste processo. -----

-----Não tendo havido mais nenhuma intervenção, foi suspensa a sessão de trabalho para almoço, tendo sido retomados os trabalhos por volta das quinze horas e trinta minutos, tendo-se ausentado da segunda parte da sessão os representantes da REFER, SNBPC, IPPAR e DGRF, assim bem como o Sr. Presidente da Câmara e a Sr. Arq. Marlene Marques, por imposições de agenda. -----

-----A sessão foi reiniciada pelo Dr. Pedro Alves que propôs que a mesma se realiza-se através da colocação de dúvidas relativamente aos pareceres de cada uma das entidades remetidos no âmbito dos elementos entregues aquando da 3ª reunião da CTA, tendo esta metodologia sido aceite por todos os presentes. -----

-----Dando seguimento, o Dr. Pedro Alves questionou o representante da DRABL sobre a necessidade de estarem constantes no regulamento do Plano parâmetros para a legalização de

vacarias em Espaço Urbano, já que a legislação em vigor, nomeadamente o D.L. 270/06, já previa esta situação no seu regime transitório, pelo que se estaria a transpor para o regulamento o previsto na lei, o que não deveria suceder de acordo com a Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e com a CCDR-C, referindo ainda que como o Plano entraria em vigor em 2008 e o referido D.L. definia o seu regime transitório até ao final desse mesmo ano, tal não faria sentido de ser colocado no regulamento do Plano.-----

-----O representante da DRABL, Eng.º António Godinho referiu que achava conveniente que tal norma fosse colocada no plano, já que a lei previa o seu licenciamento obrigatória até final de 2008, tendo questionado a equipa responsável pela elaboração da revisão pela forma como estariam salvaguardadas neste as vacarias localizadas em espaços com características distintas daqueles onde estas se deveriam localizar, como no caso dos Espaços Urbanos-----

-----A esta questão, o Dr. Pedro Alves respondeu referindo que todas as que estivessem licenciadas teriam direitos adquiridos pelo que a autarquia não iria efectuar qualquer sancionamento sobre as mesmas, permitindo o seu funcionamento nos espaços onde se encontram actualmente. Quanto à questão de colocar no regulamento do Plano o previsto já na lei geral, este referiu que não via necessidade, mas que ainda assim, iria ponderar a questão.-----

-----Referiu ainda, o Dr. Pedro Alves sobre esta matéria, até que ponto é que é desejada a manutenção dessas actividades em perímetro urbano, já quês estas são em muitos casos incompatíveis com o mesmo, mas essa era uma questão a ponderar com a CCDR-C.-----

-----Em resposta a este necessidade de análise da situação referente às vacarias, a presidente da CTA, Eng.ª Maria José Sucena, comprometeu-se em colocar a questão superiormente.-----

-----Seguidamente, o Dr. Pedro Alves questionou o Eng.º António Godinho sobre qual a altura adequada para os edificios destinados à agropecuária questionando, questionado se seis metros serão suficientes. A esta questão, o representante da DRABL, respondeu que estes poderiam nalguns casos ter que ser mais altos, mas que averiguaria com mais pormenor esta situação junto da DRABL. -----

-----Continuando a reunião, e ainda sobre esta problemática, a Eng.ª Maria José Sucena colocou, ao representante da DRABL, a questão de como deverão ser tratadas as pecuárias caseiras, ao que o Eng.º Godinho respondeu que a DRABL se encontrava a elaborar um documento orientador sobre esta matéria e que previa normas a aplicar em qualquer tipo de espaço, mesmo em espaço urbano, por forma a que as pecuárias caseiras sejam salvaguardadas. -----

-----De seguida, o Dr. Pedro Alves chamou a atenção sobre aquilo que se poderiam considerar pecuárias caseiras, já que, o município não tinha conhecimento de qualquer norma que definisse

com exactidão o que são pecuárias caseiras, tendo o representante da DRBAL referido que tal definição seria transmitida à autarquia. -----

-----Ainda no seguimento da questão referente às pecuárias, o Eng.º António Godinho questionou os representantes do município sobre a necessidade de serem criados espaços alternativos aos locais onde actualmente estas se localizam para permitir a sua mais fácil deslocalização.-----

-----O Dr. Pedro Alves respondeu à questão referindo que a simples criação de espaços para a deslocalização das actividades agro-pecuárias de espaços como os espaços urbanos não seria suficiente para resolver a situação, já que o município não possui terrenos próprios com essa finalidade, nem apresenta capacidade financeira para a sua aquisição, o que poderia conduzir a uma aumento da especulação fundiária nas áreas destinadas a este fim, impedindo a sua aquisição pelos agricultores interessados em deslocalizar as suas explorações. Contudo, o Plano já prevê um espaço desses, junto a Belazaima-do-Chão, numa área que apresenta já um elevado número de aviários em funcionamento.-----

-----De seguida o Dr. Pedro Alves, esclareceu ainda o representante na DRABL sobre o facto de a proposta do regulamento do Plano não prever a implementação em Espaço Florestal de pecuárias, apesar de permitir indústria e habitação, já que este tinha colocado essa questão no parecer emitido. Este referiu que esta opção prendia-se com o facto de se tentar a disseminação das mesmas, e que as indústrias previstas para o Espaço Florestal se encontram tipificadas e que teriam que estar relacionadas com a exploração do recurso florestal e da exploração de águas subterrâneas, não fazendo sentido que ficassem situadas em Espaço Industrial, longe da sua mataria prima. Chamou ainda a atenção para o facto de a proposta do Plano prever a instalação de estão em vários espaços com espacial relevância para o Espaço Agrícola.-----

-----O Eng.º António Godinho respondeu referindo que na sua opinião deveria ser permitida a sua instalação em Espaços Florestais, até porque a maioria das pecuárias pode existir longe da fonte de alimentação bovina, o que permitia a sua instalação em áreas florestais e que inclusivamente seria de todo útil que o proprietário de umas instalação deste género em vez de utilizar solo agrícola para a sua implantação, pudesse, no caso de ter terreno florestal, usá-lo com esse fim.-----

-----O Dr. Pedro referiu que essa questão iria ser ponderada e se a DRABL tinha algumas sugestões neste âmbito, o que ficou de ser discutido nas reuniões parcelares a realizar de futuro.-----

-----Tomando ainda a palavra, o Engº António Godinho questionou ainda a equipa responsável pela elaboração do Plano sobre como é que esta prevê enquadrar as directivas e